



Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Defensora Pública-Geral do Estado

Nikolas Stefany Macedo Katopodis
Subdefensor Público-Geral do Estado

Galeno Gomes Siqueira
Corregedor-Geral

Felipe Augusto Cardoso Soledade
Secretário do Conselho Superior

Caroline Loureiro Goulart Teixeira
Chefe de Gabinete

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO II - BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 05 DE SETEMBRO DE 2023, Nº 163

O Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, instituído pela Resolução DPG nº 384, de 26 de outubro de 2021, com fundamento no art. 145-A da Lei Complementar Estadual n. 63, de 16 de janeiro de 2003, com redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 164, de 04 de agosto de 2021, é veiculado, sem custos, no sítio da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (www.defensoria.mg.def.br) na rede mundial de computadores (Internet). O DODP/MG é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e substitui a versão impressa das publicações oficiais. Sua publicação atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela MP-2.200-2/2001.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

**IX CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO
NA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2023

A Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Presidente da Comissão de Concurso, nos termos do disposto no art. 134, §1º, da Constituição Federal de 1988, art. 130 da Constituição Estadual de 1989, art. 97-A, I, e art. 112, da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, art. 5º-A, I, art. 9º, XI, e art. 48, da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003, Deliberação nº 260/2022 do Conselho Superior da Defensoria Pública e legislação pertinente, considerando o edital de abertura de inscrições para o IX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira de Defensora ou Defensor Público do Estado de Minas Gerais, publicado no diário oficial de 25/07/2023, torna pública as seguintes retificações e acréscimos que se tornam parte integrante do edital e do anexo:

Onde se lê:

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO PENAL e CRIMINOLOGIA

17. Legislação penal especial: Decreto-Lei nº 3688/1941. Lei 1.521/1951. Decreto-Lei nº 201/1967. Lei 4.737/1965. Lei 5.478/1968. Lei 6.001/1973. Lei 6.766/1979. Lei 7.716/1989. Lei 8.069/1990. Lei 8.072/1990. Lei 8.078/1990. Lei 8.137/1990. Lei 8.666/1993. Lei 9.296/1996. Lei 9.503/1997. Lei 9.605/1998. Lei 9.613/1998. Lei 10.741/2003. Lei 10.826/2003 e Decretos Federal nº 9.847/2019 e 11.366/2023. Lei 11.340/2003. Lei 11.343/2006. Lei 11.101/2005. Lei 12.850/2013. Lei 13.869/2019. Lei 14.344/2022. Lei 14.579/2023



Leia-se:

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO PENAL e CRIMINOLOGIA

17. Legislação penal especial: Decreto-Lei nº 3688/1941. Lei 1.521/1951. Decreto-Lei nº 201/1967. Lei 4.737/1965. Lei 5.478/1968. Lei 6.001/1973. Lei 6.766/1979. Lei 7.716/1989. Lei 8.069/1990. Lei 8.072/1990. Lei 8.078/1990. Lei 8.137/1990. Lei 8.666/1993. Lei 9.296/1996. Lei 9.503/1997. Lei 9.605/1998. Lei 9.613/1998. Lei 10.741/2003. Lei 10.826/2003 e Decretos Federal nº 9.847/2019 e 11.615/2023. Lei 11.340/2003. Lei 11.343/2006. Lei 11.101/2005. Lei 12.850/2013. Lei 13.869/2019. Lei 14.344/2022. Lei 14.532/2023.

04/09/2023

Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Defensora Pública-Geral
Presidente da Comissão de Concurso